

ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	23
Demonstrações contábeis	28
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018	35

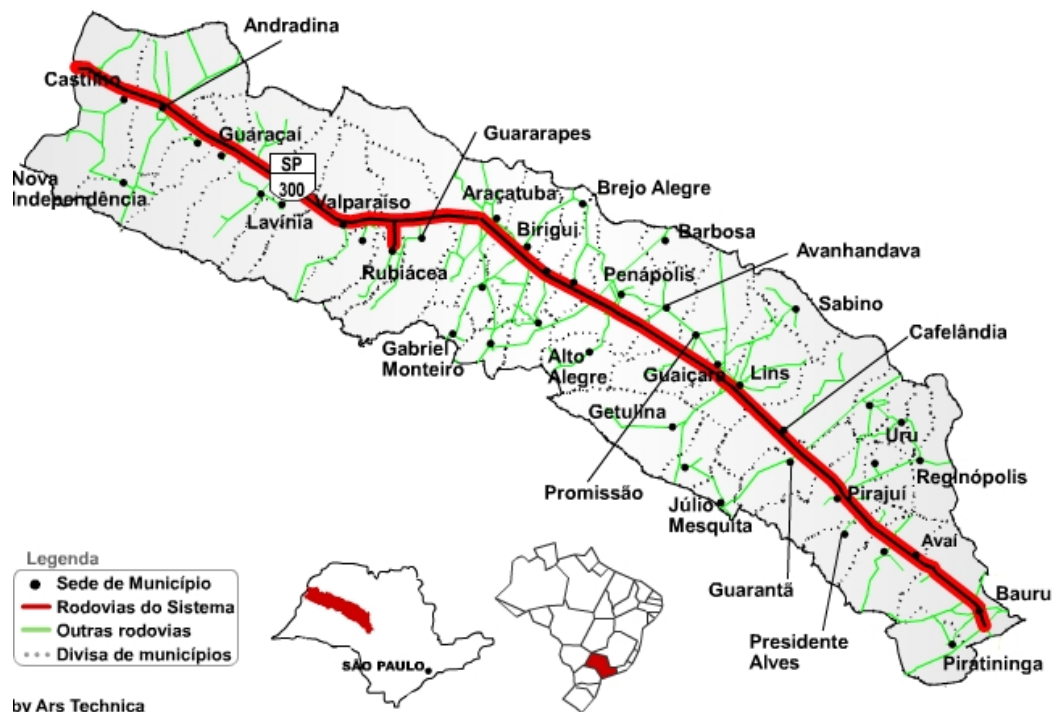
SENHORES ACIONISTAS

Atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Informações Financeiras da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“ViaRondon”) relativos ao período encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório de Revisão dos auditores independentes.

APRESENTAÇÃO

ViaRondon é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que tem como objeto realizar, mediante cobrança de pedágio, a exploração do corredor rodoviário Marechal Rondon Oeste, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias. Em 06 de maio de 2009 a Companhia assumiu a concessão, pelo prazo de 30 (trinta) anos, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Marechal Rondon Oeste, que consistem em 416,763 Km, dos quais 331,130 Km da Rodovia Marechal Rondon (SP-300) e 85,633 Km de 23 rodovias de acessos. As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo e a rodovia é operada de acordo com o contrato de concessão celebrado com o Governo do Estado de São Paulo, na forma do Edital nº 006/08 (“Contrato de Concessão”).

O mapa abaixo mostra o trecho explorado pela Companhia:



Ao término da concessão, todos os bens reversíveis e direitos vinculados à exploração da concessão pela Companhia serão revertidos ao Estado de São Paulo, a poder concedente, de forma gratuita e não onerosa. No entanto, caso a concessão seja extinta antes do término do seu prazo, a Companhia terá direito à indenização de correspondente ao saldo não amortizado de seus investimentos desde que essenciais para a continuidade da administração das rodovias sob sua concessão.

Em termos de movimentação de cargas e passageiros, os volumes de tráfego no corredor rodoviário administrado pela Companhia são mais altos nas proximidades das seguintes cidades Bauru, Avaí, Pirajuí, Lins, Guaíçara, Birigui e Araçatuba, apresentando em toda sua extensão tráfego médio diário superior a 60 mil veículos. O tráfego atual, calculado pela métrica de veículo equivalente, é composto por um expressivo volume de ônibus e caminhões, que representam cerca de 58% do movimento total da rodovia.

A Companhia tem como principal fonte de receita o recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, acessórias ou alternativas a fonte principal, como rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, cobrança por publicidade, entre outras.

A Companhia iniciou suas operações em 06 de maio de 2009, cobrando tarifas de pedágio em 4 praças que já operavam sob a administração do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. No final do primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a operar em sua plena capacidade, com a construção de mais 4 praças, além de 2 praças antigas que cobravam em apenas 1 sentido e passaram a cobrar de maneira bidirecional. Segue a relação das praças de pedágio localizadas no trecho administrado pela Companhia.

P1 – Avaí	Km 367 + 700
P2 – Pirajuí	Km 400 + 800
P3 – Promissão	Km 455 + 700
P4 – Glicério	Km 479 + 900
P5 – Rubiácea	Km 562 + 000
P6 – Lavínia	Km 590 + 400
P7 – Guaraçai	Km 621 + 200
P8 – Castilho	Km 655 + 400

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

A Companhia firmou o Contrato de Concessão em 06 de maio de 2009, comprometendo-se, dessa forma, a realizar um programa de investimentos durante os 30 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. Ao longo do ano de 2009, a Companhia se dedicou essencialmente à construção de quatro novas praças de pedágio e bases de operação e também aos trabalhos iniciais de recuperação da rodovia.

Como esperado em projetos desta natureza, a fase inicial de operação de concessões rodoviárias requer investimentos significativos. Para fazer frente a suas obrigações contratuais, a Companhia tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com os recursos de terceiros.

A cobrança de pedágio nas quatro praças já existentes iniciou em maio de 2009 e no final do primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a operar em sua plena capacidade, com a construção de mais 04 praças, além de 02 praças antigas que cobravam em apenas 01 sentido e passaram a cobrar de maneira bidirecional. A tabela abaixo apresenta os principais dados operacionais e financeiros apurados durante o exercício de 31 de dezembro de 2018 comparativos aos de 31 de dezembro de 2017:

	31/dez/18	31/dez/17
Tráfego - milhares de unidades		
Veículos	21.925	22.175
Veículos equivalentes	38.673	39.021
Número de funcionários	471	470
Receita líquida de pedágio - R\$ milhões	185	181
Lucro líquido de pedágio - R\$ milhões	35	81
Margem bruta	19%	45%

RECURSOS HUMANOS

Outro grande benefício trazido pela Companhia à região do corredor Marechal Rondon Oeste é geração de empregos diretos e indiretos, através da contratação de mão-de-obra e serviços terceirizados. A companhia encerrou o período de 31 de dezembro de 2018 com uma geração de 471 empregos diretos.

A ViaRondon busca profissionais que compartilhem dos mesmos valores da empresa, ou seja, profissionais atualizados, comprometidos com a segurança e bem estar dos usuários da rodovia, que exerçam sua responsabilidade sobre o meio ambiente, sua cidadania e, acima de tudo, que sejam transparentes e proativos na geração do desenvolvimento social.

RECEITA BRUTA

A receita bruta está dividida substancialmente entre Receita de Construção e Receita de Pedágio, detalhadas abaixo:

RECEITA DE CONSTRUÇÃO

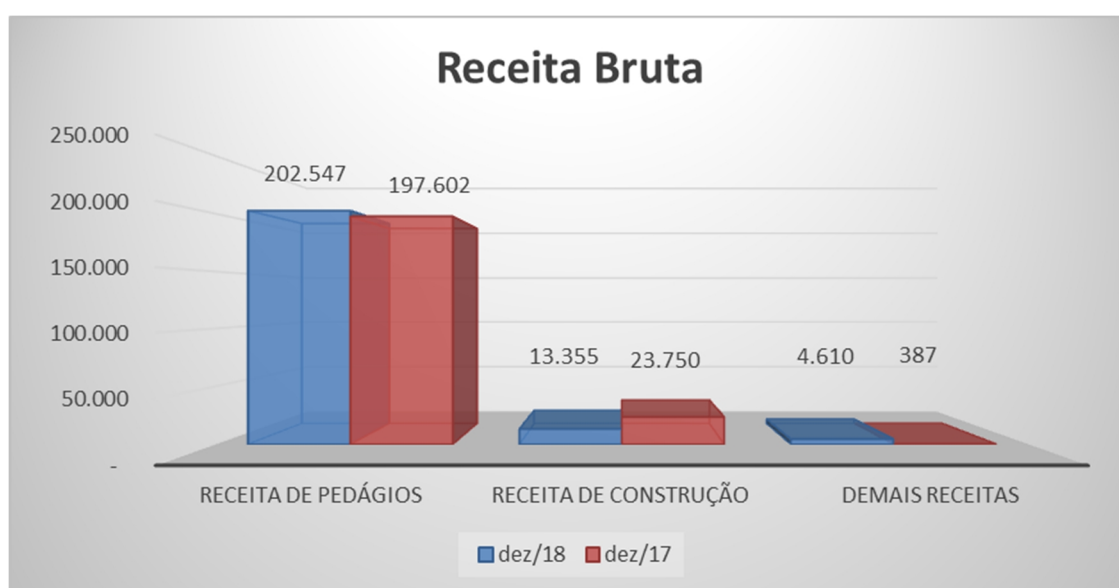
Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Os custos de construção para realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não o reconhece margem de lucro nas atividades das concessões.

A receita de construção em 31 de dezembro de 2018 foi R\$ 13,3 milhões. Valor inferior ao apresentado em 31 de dezembro de 2017 que foi R\$ 23,7 milhões.

RECEITA BRUTA TOTAL

A receita bruta total da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de aproximadamente R\$ 220,5 milhões, valor inferior ao apresentado em 31 de dezembro de 2017 que foi R\$ 221,7 milhões, o que representou um aumento de 2% em relação ao mesmo período de 2017, predominantemente em receita de construção, já que a receita de pedágio aumentou 2% como demonstra o quadro abaixo:



CUSTOS

Os custos dos serviços prestados no exercício findos em 31 de dezembro de 2018 atingiram R\$ 154,5 milhões, valor significativamente superior ao registrado em 31 de dezembro 2017 quando os custos atingiram R\$ 100,6 milhões.

INVESTIMENTOS

Os investimentos a serem realizados pela Companhia estão previstos no Contrato de Concessão, que determina metas que a Companhia precisa atingir no prazo da Concessão. Referidas obrigações de investimento podem ser divididas em três fases, conforme explicado abaixo.

A primeira fase é denominada “Programa Intensivo Inicial” com duração de 6 meses a partir da assinatura do Contrato de Concessão, sendo que, nessa etapa, a Companhia fez investimentos para melhorar os piores aspectos das condições das rodovias, aumentar a segurança, minimizar problemas críticos que representam riscos imediatos aos usuários e aos sistemas existentes, aumentar os níveis de conforto dos usuários e modernizar a aparência das rodovias. Nessa fase, a Companhia fez ainda reparos no pavimento e recuperou a sinalização da pista.

A segunda fase é uma continuação do trabalho concluído na primeira etapa, embora em menor escala, consistindo, basicamente, na realização de manutenção e melhorias nas rodovias. Atualmente, a Companhia se encontra nessa segunda fase.

Na terceira etapa a Companhia está obrigada a desenvolver trabalhos de duplicação, reparo e melhoria de suas rodovias, ao mesmo tempo em que deve continuar a desempenhar suas obrigações relativas à segunda fase.

A Companhia pretende financiar a maior parte de seu programa de investimentos por meio da geração de caixa próprio, da contratação de novos financiamentos e da emissão de valores mobiliários no mercado de capitais.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Como parte de sua política de responsabilidade ambiental, a Companhia obteve em 25 de fevereiro de 2011 as certificações ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental), ISO 9001:2008 (Gestão da Qualidade) e na norma OHSAS 18001:2007 (Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional), compondo um sistema de gestão integrado para o escopo de operação de serviços em rodovias, abrangendo os sistemas de apoio aos usuários, atendimento pré-hospitalar e de resgate, monitoramento das rodovias, engenharia, conservação, segurança viária das rodovias.

Nesse sentido, a Companhia tem promovido diversas ações visando conscientizar os funcionários e a população da região para evitar desperdício e poluição ao meio ambiente, conforme listado abaixo:

- Março de 2012 – Campanha “Dia Mundial da Água”.
- Março de 2012 - Campanha Uso Racional da Água | Dia Mundial da Água”.
- Junho de 2013 – Campanha “Operação Corta Fogo”.
- Fevereiro de 2014 - Projeto de Educação Ambiental “Capacitação dos Professores” em parceria com a Secretaria Municipal da Educação do município de Andradina, com a aplicação de técnicas para desenvolver projetos ambientais junto com os alunos do ensino fundamental do município, com a elaboração do caderno do professor que servirá de base para os demais professores, os professores que estão participando do curso da capacitação se tornarão multiplicadores”.
- Março de 2014 - Atividades em parceria com o Departamento de Água e Esgoto do município de Penápolis, em comemoração ao Dia Mundial da Água”.
- Março de 2014 - Distribuição de Squeeze tipo cantil, para todos os colaboradores da Concessionária, com o objetivo de reduzir o consumo de copos descartáveis, em comemoração ao Dia Mundial da Água”.
- Maio de 2014 – Treinamento de capacitação dos professores da rede pública do ensino fundamental em Educação Ambiental nos dias 06 e 07 de Maio, com a participação de 35 professores;
- Junho de 2014 – Participação em parceria com o Departamento de Água e Esgoto de Penápolis e SABESP de Lins em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente;

Início da Campanha Corta Fogo em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e ARTESP, visando a redução dos focos de incêndio na faixa de domínio da rodovia;

Lançamento do Projeto de Capacitação dos Professores do ensino fundamental em Educação Ambiental no município de Lins;

- Julho de 2014 – participação no Pit Stop realizado no dia 24 no pátio do Posto Cacique no km 527 no município de Araçatuba, com apresentação de material visando a conscientização ambiental dos usuários da rodovia quanto aos riscos de parar no acostamento para efetuar a entrega de alimentos para animais na faixa de domínio; impacto causado pelo descarte de resíduos na faixa de domínio; riscos de caracterização de crime ambiental na compra/venda de animais silvestres; cuidados com descarte de ponteira de cigarro (bituca) acessa na faixa de domínio podendo provocar focos de incêndios, colocando em risco a segurança viária e provocando sérios danos ao meio ambiente.
- Agosto de 2014 - Treinamento de capacitação dos professores da rede pública do ensino fundamental em Educação Ambiental nos dias 13 e 14, na cidade de Andradina com a participação de 40 professores.
- Setembro de 2014 – Participação em conjunto com o Departamento de Água e Esgoto de Penápolis, SABESP de Lins nas campanhas de conscientização ao Dia da Árvore.
- Outubro de 2014 - participação no Pit Stop realizado no dia 23 no pátio do Posto Graal no km 342 no município de Bauru, com apresentação de material visando a conscientização ambiental dos usuários da rodovia quanto aos riscos de parar no acostamento para efetuar a entrega de alimentos para animais na faixa de domínio; impacto causado pelo descarte de resíduos na faixa de domínio; riscos de caracterização de crime ambiental na compra/venda de animais silvestres; cuidados com descarte de ponteira de cigarro (bituca) acessa na faixa de domínio podendo provocar focos de incêndios, colocando em risco a segurança viária e provocando sérios danos ao meio ambiente; Treinamento interno Sobre preservação do Meio Ambiente nos departamentos da Concessionária, sendo eles: faixa de domínio, operações, engenharia.
- Março de 2015 – Atividades em parceria com Sabesp e prefeitura de Lins, em comemoração ao Dia Mundial da Água”, com soltura de 2.000 alevinos, distribuição de sementes de crotalária (prevenção da dengue) e oficina terrário.
- Maio de 2015 – Doação de 01 biodigestor para Associação dos Oleicultores de Lins e região, APOL. O equipamento possui capacidade para receber até 1.300 litros de efluentes (esgoto produzido por residências), transformando a matéria orgânica em fertilizante e gás metano, através de processo de decomposição pela ação de bactérias anaeróbicas, ou seja, que não dependem de oxigênio.
- Junho de 2015 – Combate ao mosquito da Dengue com orientação a todos os motoristas e mutirão de limpeza ao longo de todo o trecho.
- Junho de 2015 - Participação em parceria com o Departamento de Água e Esgoto de Penápolis e SABESP de Lins na Semana do Meio Ambiente com plantio de 500 mudas de árvores nativas; Início da Campanha Corta Fogo em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e ARTESP, visando a redução dos focos de incêndio na faixa de domínio da rodovia; Participação no Pit Stop pátio do Posto Cacique no km 527 no município de Araçatuba, com apresentação de material visando a conscientização ambiental dos usuários da rodovia quanto aos riscos de parar no acostamento para efetuar a entrega de alimentos para animais na faixa de domínio; riscos de caracterização de crime ambiental na compra/venda de animais silvestres.

- Setembro de 2015 – Participação em conjunto com o Departamento de Água e Esgoto de Penápolis na campanha de conscientização ao Dia da Árvore.
- Dezembro de 2015 – Campanha da Piracema em Conjunto com a Polícia Ambiental - Com o objetivo de orientar usuários que trafegam pela Rodovia Marechal Rondon (SP-300) sobre o período de piracema, o departamento de Responsabilidade Social e Ambiental da ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A, realizou em 3/12, juntamente com a Polícia Militar Ambiental de Bauru e Araçatuba, a entrega de 30 mil adesivos a motoristas nas praças de pedágio de Avaí (Km 367+767), Glicério (497+910) e Castilho (Km 655+800), de 14 a 18/12 - Campanha para gestão de resíduos sólidos com a implantação dos “Minhocários”, uma forma de compostagem caseira, em todas as Bases de Atendimento ao Usuário “SAU’s”
- Março de 2016 – Dia Mundial da Água, campanha encabeçada pela Sabesp e apoiada pelos departamentos de Engenharia Ambiental e Responsabilidade Social da Via Rondon, com folhetos explicativos sobre o tema e oficinas terrário “ Mini Eco- sistema em frascos de vidro” ação realizada na Escola EMEI Alda Terezinha Perchez de Queiroz (22/03/2016) e Soltura de 3000 alevinos da espécie Piracanjuba na nascente do Rio Campestre, participaram dessa ação 50 crianças com seus familiares, com a participação de várias autoridades, dentre elas:
 - Delegado de Polícia, Tenente Coronel de Exército, Comandante do Corpo de Bombeiros, Coordenadores da Sabesp e Vereadores.
- Junho de 2016 - No dia 6 de Junho foram realizadas atividades de educação ambiental em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente de Lins, para celebrar o 5 de Junho – Dia Internacional do Meio Ambiente. As atividades aconteceram no Horto Florestal Dr. Moysés Antônio Tobias, sendo ministradas pelos educadores do local, onde 62 crianças de Pré-escola (crianças de 4 e 5 anos), da EMEI "Eng. Lavoisier Monney Jr." participaram. Primeiramente as crianças foram alocadas dentro do Centro de Educação Ambiental do Horto, onde foram apresentadas coleções de insetos (entomológica) e de madeiras (xiloteca), além de um bate papo sobre educação ambiental. Nesse bate papo foi possível perceber que as professoras da pré-escola já haviam preparados os alunos previamente sobre o assunto. Após o bate-papo, elas percorreram a trilha ecológica, onde foram realizadas paradas defronte a alguns indivíduos arbóreos, como o pau-ferro, flamboyant e guapuruvu e contada algumas curiosidades relacionadas a eles. Também foram mostradas as nascentes existentes no local e indicado sua importância e funcionamento. Ao final da trilha as crianças pararam num local para a realização de um plantio de espécies nativas brejeiras. Foram plantados indivíduos de jenipapo, embaúba, sangra d’água e angico e explicadas a sua importância ambiental. Para finalizar o evento, foram distribuídos lanches e sucos para as crianças e professoras.

- **Julho de 2016 - 20 ANOS DE SOS RIO DOURADO.** No último dia 29 de julho de 2016 aconteceu no Fortaleza Eventos, de Lins, cerimônia de comemoração dos 20 anos de trabalho ininterrupto da organização não governamental, SOS Rio Dourado. A ong é uma entidade civil sem fins lucrativos e tem como missão atuar na proteção, recuperação e preservação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Dourado, buscando garantir a sobrevivência dos seres vivos para as futuras gerações. Neste sentido, busca por meio de diversas ações recuperar áreas degradadas além de conscientização ambiental, com vistas à construção das condições necessárias à sustentabilidade do Rio Dourado. Em fevereiro de 2005, o campo de atuação da ong SOS Rio Dourado se estendeu para todo território nacional e desde então, suas ações forma ampliadas para diversas cidades. A Via Rondon atua em parceria e esteve presente na cerimônia.
- **Setembro de 2016 - A Via Rondon foi parceira na realização das ações em comemoração ao dia da Árvore e do Rio Tietê.** As ações foram realizadas entre 01 a 30 de Setembro, junto a Prefeitura Municipal e SABESP. Foram realizados plantios de árvores, trilhas ecológicas, eco desafios, palestras de conscientização entre outras atividades. O evento foi realizado com várias escolas do município de Lins. Participamos no dia 13/09 em Lins no horto florestal em atividade relacionada ao dia da Árvore com os alunos da EMEI Eng. Lavoisier Monney Jr, com o seguinte roteiro: Recepção de cerca de 40 alunos no Centro de Educação Ambiental, onde foi realizado bate-papo e uma atividade demonstrando a importância das árvores das APPs. Seguindo para a trilha ecológica, e, chegando até o conjunto de nascentes onde foi realizado um plantio simbólico de espécies brejeiras e a observação do crescimento desses indivíduos arbóreos. Foi realizado também a atividade dos terrários com a participação de todos os alunos. No dia 27/09, no município de Promissão na escola EMEF Agrovila Central com a realização da atividade dos terrários com mudinhas de suculentas. Participaram da atividade 250 alunos do 3º, 4º e 5º Ano, sendo 123 de manhã e 137 no período da tarde. A VIARONDON forneceu todo material, sendo 250 potinhos de vidro com tampa, 250 mudinhas de suculentas, pedrinha e a terra vegetal para elaboração do terrário. Também foi realizada uma palestra para todos alunos, referenciando a importância das árvores, dá agua, do solo, dos nutrientes mostrando o ciclo natural da vida. Foi entregue um panfleto com a letra da música elaborada para o dia da árvore que as crianças cantaram.
- **Novembro de 2016 - A Via Rondon em parceria com a FMVA (Faculdade de Medicina Veterinária de Araçatuba), responsável pelo CERETAS (Centro de Recuperação e Triagem de Animais Selvagens), realizou nos dias 25 (sexta) e 26 (sábado) um treinamento específico para Animais Silvestres.** O treinamento foi para os Inspetores de Tráfego, Controladores, Supervisores e CCO. Participaram também Integrantes da Polícia Ambiental, Corpo de Bombeiros, COLVAS Lins e Grupo de Estudos de Animais Silvestres de Araçatuba. **CONTEÚDO:** identificação e reconhecimento do animal; captura, contenção e manuseio do animal; Cuidados específicos com o animal; Destinação final dos animais mortos e segurança dos colaboradores.

- Março de 2017 – No dia 14 de março, terça-feira, a ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. junto à Polícia Ambiental de Castilho, realizou a soltura de peixes no encontro das águas dos rios Tietê, Paraná e Sucuriú no município de Itapura (SP). Foram soltos mais de 3000 alevinos da espécie Piracanjuba, peixe que habita os rios brasileiros, porém, está na lista das espécies ameaçadas de extinção. O evento contará com o apoio do Parque Estadual do Aguapeí (Fundação Florestal), Prefeitura Municipal de Castilho, Prefeitura Municipal de Itapura e APAE de Ilha Solteira. O momento foi de muita alegria com as crianças que participaram do evento. Foram mais 230 alunos das escolas: EMEIEF Maria Dauria Silva Oliveira (Escola do Assentamento) de Castilho (SP), EMEF Benedito Lourival Jeronymo de Itapura (SP) e da APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) da cidade de Ilha Solteira (SP). A soltura de peixes feita pela ViaRondon, reforça o compromisso socioambiental da empresa e já virou “tradição” nas cidades da região que esperam pela ação todos os anos. No dia 17 de março, participação no Lançamento das ações em comemoração ao Dia Mundial da Água com a Prefeitura de Lins, com a presença de alunos, parceiros e imprensa, soltura de alevinos, limpeza do bosque e apresentação da E. E. Dom Henrique Mourão na Pista de Cooper. No dia 22 de março participação junto a Prefeitura municipal de Lins em comemoração ao Dia Mundial da Água com: Execução do Hino Nacional Brasileiro e Hino a Lins pela Banda de Música do 37º BIL; Apresentação da E. E. Dom Henrique Mourão; (Apresentação de banda com musicas de temas relacionadas a Água e montagem de Stand da Viarondon com a entrega de brindes e Gibis para as crianças. No dia 24 de março participação no encerramento das ações em comemoração ao Dia Mundial da Água deste ano, dia 24, às 9h na Câmara Municipal de Lins, Rua Maestro Carlos Gomes nº 22, Centro O presidente da Câmara Municipal, Rogério Barros estará homenageando a todos que realizam parcerias de conscientização e preservação ambiental em nosso município. Foi realizado plantio de mudas nativas no jardim da Câmara Municipal.
- Abril de 2017 – Nos dias 10 e 11 de abril, foram realizados cursos de Multiplicadores Em Educação Ambiental na cidade de Birigui.
- Maio de 2017 – Foi realizada no dia 24 de maio, palestra sobre sustentabilidade e consumo sustentável, na sede da Companhia, contando com a participação de 60% dos colaboradores lotados no prédio.
- Junho de 2017 – Foram realizadas palestras sobre meio ambiente, no dia 05 de junho, na Secretaria de Meio Ambiente de Lins e no dia 06 de junho na FATEC Lins.

- Setembro de 2017 - Realizou-se no dia 21 de Setembro o evento do dia da Árvore no 37º Batalhão de Infantaria leve com a participação da Sabesp, CEA, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, 37º BIL, Colvas, Lions, JBS, Águia Rádio Comando, Triunfo Transbrasiliana, IEP, Diretoria de Ensino Mãos que Ajudam, Fundação Casa/Casa Rio Dourado, VIA Rondon, Tirolez, Unimed Lins e AMUL. O evento teve a participação de 8 escolas no Município com aproximadamente 10 alunos cada. Os estudantes são do 3º ano do Ensino Médio e assistiram à palestras ministradas pelas instituições acima, logo em seguida eles participaram de uma gincana no centro de treinamento do BIL e de uma simulação de manobras de RCP ministrada pelo Corpo de Bombeiros. Na sequência os alunos responderam a questões das palestras que assistiram anteriormente, realizaram plantio de árvore nativa e almoçaram no refeitório do 37º BIL. A palestra ministrada pela Via Rondon tratou sobre a necessidade de supressão arbórea para implantação de uma Rodovia e os passos para licenciar uma intervenção. O foco principal foi sobre a compensação através de plantio de árvores nativas e seus objetivos."
- Março de 2018 - No dia 20 de março, a concessionária realizou palestra para aproximadamente 230 alunos das escolas municipais de Avanhandava. Os alunos receberam orientações sobre a importância da água e formas de economia, além de conhecerem o que são e qual a importância das APPs (Área de Preservação Permanente). No dia 22 de março foi comemorado o Dia Mundial da Água, que esse ano teve como tema "Soluções Naturais para a água", a ViaRondon apoiou as ações desenvolvidas pela prefeitura municipal de Lins e pela Sabesp. Durante o mês de março foram realizadas diversas ações com estudantes da rede municipal e estadual de Lins e região, o evento principal aconteceu no dia 22, e a concessionária apresentou, aos mais de 1.500 alunos presentes no evento, uma maquete que representou a importância das APPs (Área de Preservação Permanente).
- Abril de 2018 – No dia 12 de abril de 2018, foi realizado na Praça de Pedágio de Avaí, com envolvimento dos profissionais da arrecadação de pedágio um treinamento, cujo os principais assuntos foram o Sistema de Gestão Integrado, com abordagens sobre a ISO 9001 e 14001 ambas na versão 2015 e OHSAS 18001 na versão 2007 e assuntos relacionados ao meio ambiente.

- Maio de 2018 – Nos dias 08, 12 e 22 de maio de 2018, foi realizado nas Praças de Pedágio de Pirajuí, Promissão e Glicério, treinamento com envolvimento dos profissionais da arrecadação de pedágio, cujo, principais assuntos foram o Sistema de Gestão Integrado, com abordagens sobre a ISO 9001 e 14001 ambas na versão 2015 e OHSAS 18001 na versão 2007 e assuntos relacionados ao meio ambiente. No dia 11 de maio, a campanha reforça a responsabilidade dos proprietários quando ocorrem acidentes causados por animais. Apresentação das ações desenvolvidas pelas concessionárias/DER para reduzir a presença de animais na pista, e assim reduzir acidentes. No dia 21 de maio foram orientados 11 colaboradores da área administrativa, da sede da concessionária, capacitar aos colaboradores para atuar no combate ao princípio de incêndio, visando evitar perdas de materiais e principalmente danos á vida das pessoas que trabalham na empresa. No dia 25 de maio, a concessionaria iniciou a campanha com a distribuição de folhetos que explicam sobre a doença, sua transmissão, sintomas, prevenção e tratamento, na ação PitStop pela vida. Campanha de orientação e informação sobre a LEISHMANIOSE. E apresentar conceitos sobre a nova metodologia de descarte de resíduos para as equipes de apoio o principal assunto foi sobre meio ambiente, com abordagem principal sobre descartes de resíduos.
- Junho de 2018 – No dia 05 de junho, O treinamento aconteceu conforme planejado e visa buscar a regularidade na coleta seletiva dos resíduos e descarte correto junto a cooperativa de reciclagens e aterros sanitários. Apresentar os conceitos sobre a nova metodologia de descartes de resíduos que foram separados pelos funcionários das praças de pedágio, SAUs e sede administrativa. Nos dias 06 e 08 de junho, Os funcionários da arrecadação das praças participantes demonstram atenção e entendimento dos assuntos após realização dos treinos. Foi realizado nas praças de pedágio de Rubiácea e Lavínia, um treinamento com envolvimento dos profissionais da arrecadação do pedágio.
- Julho de 2018 - No dia 20 e 31 de julho, nas praças de pedágio de Guaraçaí e Castilho.foi realizado o treinamento com envolvimento dos profissionais da arrecadação de pedágio, cujo os principais assuntos foram Sistema de Gestão integral. Os funcionarios da arrecadação das praças de participantes, demostram atenção e entendimento dos assuntos após realizações do treinamento, se comprometendo estar sempre inteirados quanto aos assuntos abordados.
- Agosto de 2018 – No dia 28 de agosto, o conteúdo do treinamento foi realizado de forma teórica, sendo utilizado apresentação em Power Point com ilustrações e videos apresentar os conceitos básicos sobre os Sistemas de Gestão a qual a ViaRondon é certificado (Qualidade, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional), orientar os funcionários sobre o correto procedimento de sepultamento de animais.

- Setembro de 2018 – No dia 03 de setembro, Treinamento explicando sobre atendimentos a emergências com produtos perigosos, sepultamento de animais em Faixa de domínio e destinação de resíduos sólidos. Os funcionários do setor operações participantes, demonstraram atenção e entendimento dos assuntos após realização do treinamento, se comprometendo estar sempre inteirados quanto aos assuntos abordados. Nos dias 17 à 21 de setembro, Foram realizadas as atividades e palestras em comemoração do dia da Árvore, onde foram abordados assuntos sobre a importância da arvores e sua relação com o meio ambiente. Realização das atividades voltadas para assuntos como fauna e flora em comemoração ao dia da árvore para crianças proporcional maior envolvimento dos mesmos com o tema aprendido e conscientização e em conjunto a realização de atividades para reforçar o tema demonstrou um resultado positivo nas escolas.
- Novembro de 2018 - No dia 19 de novembro, A equipe de técnicos da área de segurança do trabalho da concessionária ViaRondon realizou uma “Blitz de Segurança no Trânsito e Meio Ambiente”, para funcionários da empresa Renuka do Brasil no município de Promissão, dentro da Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT).O objetivo foi de instruir os trabalhadores da Renuka, para uma Segurança no trânsito e orientações nas questões ambientais e sua relação com animais na rodovia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como parte de sua política de responsabilidade social, a Companhia investe e amplia anualmente seu escopo de atuação em ações de melhoria contínua no âmbito social, econômico e ambiental.

Tendo como compromisso promover ações que conscientizem, orientem e envolvam os usuários das rodovias, comunidades dos municípios limieiros aos trechos administrados por nossas empresas e colaboradores, a Companhia realiza campanhas, palestras, ações em conjunto com a Polícia Militar Rodoviária, participação em eventos, apoio e incentivo a diversas atividades:

- § Janeiro de 2014 – Campanha Educativa para colaboradores de uma grande empresa local, tendo como tema Direção Defensiva; Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon, nos municípios de Bauru, Avaí, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai.
- § Fevereiro de 2014 – Campanha Educativa com usuários – Carnaval, Campanha educativa interna sobre Carnaval com foco a prevenção de DSTs; Campanha de mobilização para Doação de Sangue; Campanha Educativa junto aos proprietários limieiros sobre Animais na Pista e Guarda Responsável; Projeto de educação no Trânsito BR City, em Pirajuí; Campanha de educação no Trânsito Município de Pirajuí; Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon, nos municípios de Bauru, Avaí, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai; Campanha interna sobre Dia Nacional de Combate as Drogas e Alcoolismo.

- § Março de 2014 – Ação Educativa junto à comunidade de Lins, tendo como foco o Dia Mundial da Água; Ação Educativa interna sobre o Dia Mundial da Água; Projeto de educação no Trânsito BR City, em Bauru; Campanha para Aferição da Pressão Arterial realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon, nos municípios de Bauru, Avaí, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai e Andradina; Participação no Projeto Águas do Amanhã, junto de autarquia municipal de Penápolis; Campanha Interna Dia Internacional da Mulher; Campanha interna de conscientização sobre Síndrome de Down.
- § Abril de 2014 - Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada às margens da rodovia Marechal Rondon nos Postos de Combustíveis nos municípios de Bauru, Avaí, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai; Campanha para a Doação de Agasalhos em benefício do Fundo Social de Solidariedade de Lins; Páscoa Solidária, doação de ovos de chocolate a instituição filantrópica de atendimento a crianças.
- § Maio de 2014 - Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon nos municípios de Bauru, Avaí, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai; Projeto de educação no Trânsito BRCity, em Araçatuba; Apoio para ação educativa voltada para crianças do ensino fundamental, realizada pela Polícia Militar Rodoviária, em Araçatuba; Campanha Interna Dia das Mães; Campanha Município Lins Faça Bonito, contra exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes.
- § Junho de 2014 - Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon nos municípios de Bauru, Avaí, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai; Ação Educativa para o uso da Passarela, realizada nos municípios de Bauru e Andradina; Campanha para Doação de Sangue, em Bauru; Lançamento do Curso de Multiplicadores em Meio Ambiente, no município de Lins; Projeto de Educação no Trânsito BR City, em Presidentes Alves; Campanha de mobilização para Doação de Sangue.
- § Julho de 2014 – Divulgação Programa Na Mão Certa e Disque 100 (Disque Direitos Humanos) e pesquisa com caminhoneiros em Pit Stop município de Araçatuba; Campanha de mobilização para Doação de Sangue.
- § Agosto de 2014 - Projeto de Educação no Trânsito BR City, em Araçatuba.
- § Setembro de 2014 - Projeto de Educação no Trânsito BR City, em Penápolis; Divulgação Programa Na Mão Certa e Disque 100 (Disque Direitos Humanos) e pesquisa com caminhoneiros em Pit Stop município de Bauru.

- § Outubro de 2014 - Projeto de Educação no Trânsito BR City, em Cafelândia; “Pit Stop Para a Vida” Aferição de Pressão Arterial, Glicemia e Instruções de Uso do Canal de Denúncia de Exploração Sexual Disque 100 (Bauru - Posto Graal); Mês de Prevenção ao Câncer de Mama “Outubro Rosa” (Ação Interna); Dia Mundial do Coração (Ação Interna).
- § Novembro de 2014 - Mês de Prevenção ao Câncer de Próstata “Novembro Azul” (Ação Interna).
- § Dezembro de 2014 - Mês de Conscientização Prevenção ao HIV (Ação Interna).
- § Fevereiro de 2015 – Campanha Educativa Interna – Carnaval, Campanha educativa interna sobre Carnaval com foco a prevenção de DSTs; Projeto de educação no Trânsito BR City, em Pirajuí.
- § Março de 2015 – Campanha Interna Dia Internacional da Mulher; Ação Educativa junto à comunidade de Lins, tendo como foco o Dia Mundial da Água; Ação Educativa interna sobre o Dia Mundial da Água.
- § Abril de 2015 –Dia Nacional de Combate e Prevenção à Hipertensão Arterial, realizada nas Bases Via Rondon (SAUs), Base da PMRV Bauru, Base da PMRV Araçatuba, Sede Administrativa ViaRondon; Páscoa Solidária, doação de ovos de chocolate a instituição filantrópica de atendimento a crianças; Projeto de educação no Trânsito BRCity, em Avaí; Combate ao mosquito da Dengue com orientação a todos os motoristas e mutirão de limpeza ao longo de todo o trecho.
- § Maio de 2015 – Dia Nacional Contra Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes ao longo de todo o trecho; Campanha Interna Dia das Mães; Campanha Interna Dia das Mães; Projeto de educação no Trânsito BRCity, em Penápolis; Campanha de orientação a qual incentiva o respeito às leis de Trânsito e a direção segura com motociclistas em Penápolis, Andradina e Araçatuba; Ação Educativa para o uso da Passarela, realizada no município de Bauru.
- § Junho de 2015 - Campanha para a Doação de Agasalhos em benefício do Fundo Social de Solidariedade de Lins; Campanha para todos os usuários orientando a não dirigir após o uso de bebidas alcólicas; Pesquisa com caminhoneiros, aferição de pressão arterial, saúde bucal, orientações sobre uso da camisinha e DST's e orientações na parte ambiental no Pit Stop no município de Araçatuba. Projeto de educação no Trânsito BRCity, em Presidente Alves
- § Julho de 2015 - Campanha de mobilização para Doação de Sangue do município de Lins.
- § Agosto de 2015 - Campanha de mobilização para Doação de Sangue do município de Bauru; Projeto de educação no Trânsito BR City, em Bauru.
- § Setembro de 2015 – Participação na semana do trânsito na cidade de Bauru com o Projeto de Educação no Trânsito em parceria com a Artesp; Pesquisa com usuários em Pit Stop realizado no município de Bauru.

- § Outubro de 2015 - Entre os dias 08 e 14 Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Guaiçara beneficiando 126 alunos, no dia 20.10 Palestra ministrada pela médica Dr.^a Ana Lúcia Gentilli, responsável pelo laboratório de patologia de Lins, na sede da empresa para 31 colaboradoras com enfoque no combate ao câncer de mama, “ OUTUBRO ROSA”, e nos dias 29 e 30 a equipe esteve no hemonúcleo de Araçatuba onde foram arrecadadas 190 bolsas de sangue.
- § Novembro de 2015 – Entre os dias 05 e 16 Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Valparaíso beneficiando 222 alunos, em 06.11 palestra com Urologista Dr. Kleber Eduardo Piedade em relação ao câncer de próstata “NOVEMBRO AZUL” beneficiando 22 colaboradores; dia 25 Dia Nacional do doador de Sangue em Bauru Hospital de Base, arrecadando 105 bolsas de sangue; e dia 26 Campanha de Conscientização sobre DST’s e HIV, incluindo exames gratuitos em parceria com o CTA de Lins.
- § Dezembro de 2015 – Dia 18 “NATAL SOLIDÁRIO” Colaboradores da empresa se uniram e realizaram uma doação de 60 brinquedos e distribuíram refrigerantes, bolo e salgados para as crianças da Creche São Benedito de Lins.
- § Janeiro de 2016 – Dia 29, Campanha de Doação de Sangue no Hemonúcleo de Lins (Parceria com Exército, Polícia Militar e Bombeiros), arrecadado 54 bolsas de sangue.
- § Março de 2016 – Campanha dia da Mulher, distribuição de Brindes para as colaboradoras e “Dia de Beleza” na sede da empresa; Páscoa Solidária, Distribuição de 37 ovos de chocolate aos usuários do lar de Cegos “CREBIM”, e realização de um café da manhã em parceria com o Buffet Albertino de Lins.
- § Abril de 2016 - Campanha de Hipertensão Arterial (Dia mundial de combate a hipertensão arterial) 26/04, Local: sede da empresa, público: 48 colaboradores.
- § Maio de 2016 – 06/05 Palestra na sede da empresa, voltado para o dia das mães, palestra que foi dirigida as mulheres que são mães e as futuras, com o tema “Motivação e Comunicação na Família”, Público: 23 colaboradoras. Palestra de Trânsito “ Maio Amarelo” 23/05, Local: Escola Julia Ferreira Leite no município de Guarantã, com público de 150 Alunos, e 25/05 Campanha de Doação de Sangue em Lins, no hemonúcleo de Lins arrecadando 10 Bolsas de sangue.

- § Junho de 2016 - 01/06 Início da campanha do agasalho, campanha interna direcionada a doação de agasalhos que foram entregues ao Fundo Social, arrecadados 3000 peças; 02/06 Campanha do Meio Ambiente “Jorge Americano”, com palestras e oficinas voltadas ao uso racional da água, Público estimado: 500 alunos, 30/06 Dia do Caminhoneiro Pit Stop “Posto Graal Sem Limites” 121 atendimentos, contendo exames de glicemia, pressão arterial, orientações nutricionais, informações referentes a obra da marginal no trecho urbano de Bauru e pesquisa de satisfação do usuário realizada em conjunto com o Departamento de Ouvidoria. Entre os dias 06 e 16 Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Guaiçara beneficiando 113 alunos.

- § Julho de 2016 – Dia 01/06, Campanha de Doação de Sangue no Hemonúcleo de Araçatuba (Parceria com Exército, Polícia Militar e Bombeiros), arrecadado 60 bolsas de sangue.

- § Agosto de 2016 – Entre os dias 17/08 e 01/09 Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Pirajuí beneficiando 255 alunos.

- § Setembro de 2016 – Entre os dias 19 e 23/09 Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Araçatuba beneficiando 530 alunos.

- § Outubro de 2016 – 18/10 Outubro Rosa: Foi ministrada uma palestra pela Dr.^a Graziella Frazão, ginecologista e obstetra para 50 colaboradoras da sede, reforçando e disseminando esse conhecimento dos conceitos passados, a Concessionária entregou folhetos com instruções para o ‘autoexame das mamas’ para as 264 colaboradoras da empresa. Entre os dias 13 e 21 Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Cafelândia beneficiando 300 alunos.

- § Novembro de 2016 – 25/11, Campanha de Doação de Sangue no Hemonúcleo de Bauru, arrecadado 127 bolsas de sangue e 4 doadores de medula; 11/11 Novembro Azul: Foi ministrada pelo Dr. Cleber Piedade, uma palestra com inúmeros esclarecimentos, estatísticas de uma maneira de fácil compreensão para essa realidade que ainda provoca muitos mitos no meio masculino, mais uma vez a Via Rondon surpreendeu os colaboradores com um tema de altíssima relevância e de saúde pública, foram distribuídos 270 panfletos aos colaboradores da Concessionária bem como aos que participaram da palestra, sendo que teve aferição de pressão e exame de glicemia 40 colaboradores. Nos dias 09 e 10 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Glicério beneficiou 119 alunos.

- § Dezembro de 2016 – Dia 16, Campanha de Doação de Sangue no Hemonúcleo de Araçatuba, arrecadado 122 bolsas de sangue; Distribuição de 01 broche a todos os colaboradores da Concessionária para utilização durante o mês de Dezembro em apoio ao a Luta e Conscientização contra a AIDS; Natal Solidário: Através da união dos colaboradores da Concessionária, voluntariamente “adotou” uma criança para doar um presente na tarde do dia 16 de Dezembro, além dos presentes, os colaboradores realizaram uma festa com salgados, refrigerantes e bolo além da presença do papai Noel, tudo ocorreu num clima de imensa paz, alegria e amor, no total foram beneficiadas 75 crianças.
- § Janeiro de 2017 – 27/01 Campanha de Doação de Sangue no Hemonúcleo de Lins (Parceria com Exército, Polícia Militar e Bombeiros), arrecadado 24 bolsas de sangue.
- § Fevereiro de 2017 – Distribuição de preservativos aos colaboradores da sede e pedagógico bem como folhetos referente as doenças sexualmente transmissíveis e um leque alusivo ao tema; Entre os dias 09 e 14 de Fevereiro o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Avaí beneficiou 122 alunos.
- § Março de 2017 – Campanha dia da Mulher, distribuição de Brindes para as colaboradoras e “Dia de Beleza” na sede da empresa; Entre os dias 20/02 e 07/03 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Cafelândia beneficiou 198 alunos; Entre os dias 31/03 e 12/04 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Guaiçara beneficiou 187 alunos.
- Como Resultado deste esforço, a ViaRondon recebeu a certificação internacional nas normas ISO 9001, ISO14001 e OHSAS 18001, respectivamente Sistema de Gestão de Qualidade, Sistema de Gestão em Meio Ambiente e Sistemas de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho.
- § Abril de 2017 – Páscoa Solidária, Distribuição de 35 ovos de chocolate aos usuários do lar de Cegos “CREBIM”, e realização de um café da manhã em parceria com o Buffet Albertino de Lins; Entre os dias 13/04 a 02/05 Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Birigui beneficiando 365 alunos.
- § Maio de 2017 – Início da campanha do agasalho, campanha interna direcionada a doação de agasalhos que foram entregues ao Fundo Social; Dia das Mães, com distribuição de brinde; Palestra de Trânsito “ Maio Amarelo”, sendo atendidos 1485 alunos: 04 e 05 de Maio Coroados 134 alunos, 10 e 11 de Maio Promissão 680 alunos, 12 e 15 de Maio Guarantã 176 alunos, 16 de Maio Rubiácea 90 alunos, 18 e 19 de Maio Glicério 120 Alunos e 22 e 23 de Maio Avanhandava 285 alunos; Pit Stop “Posto Graal Sem Limites” em Bauru sendo fornecido aos usuários exames de glicemia, pressão arterial, orientações nutricionais, informações referentes a obra da marginal no trecho urbano de Bauru e pesquisa de satisfação do usuário realizada em conjunto com o Departamento de Ouvidoria.

- § Junho de 2017 – Campanha de Doação de Sangue no Hemonúcleo de Bauru, arrecadado 174 bolsas de sangue; Entre os dias 25/05 a 09/06 Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Bauru beneficiando 516 alunos.
- § Agosto de 2017 - Dia dos Pais, distribuição de Brindes para os colaboradores. Entre os dias 31/07 a 30/08 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” esteve em Penápolis e Avanhandava beneficiou 678 alunos.
- § Setembro de 2017 – Entre os dias 01/09 a 11/10 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” esteve em Birigui beneficiou 889 alunos.
- § Outubro de 2017 – 04/10 Outubro Rosa foi ministrada uma palestra pela Dr.^a Ana Lucia C. Gentili, médica do laboratório de Patologia de Lins, para as colaboradoras, reforçando e disseminando o conhecimento em relação ao combate e prevenção ao câncer de mama bem como e-market a todas as colaboradoras. Entre os dias 16/10 a 01/11 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” esteve em Araçatuba beneficiou 403 alunos.
- § Novembro de 2017 – 25/11, Campanha de Doação de Sangue no Hemonúcleo de Bauru, arrecadado 105 bolsas de sangue; 22/11 Novembro Azul: Foi ministrada pelo Dr. Dênis H.C.V. Esteves, uma palestra com inúmeros esclarecimentos, estatísticas de uma maneira de fácil compreensão para essa realidade que ainda provoca muitos mitos no meio masculino, mais uma vez a Via Rondon surpreendeu os colaboradores com um tema de altíssima relevância e de saúde pública, foram distribuídos panfletos aos colaboradores da Concessionária bem como aos que participaram da palestra. Entre os dias 06/11 a 14/11 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” esteve em Guaraçá beneficiou 86 alunos.
- § Dezembro de 2017 – 18/12 Natal Solidário: Através da união dos colaboradores da Concessionária, voluntariamente “adotou” uma criança para doar um presente na tarde do dia 18 de Dezembro, além dos presentes, os colaboradores realizaram uma festa com salgados, refrigerantes e bolo além da presença do papai Noel, tudo ocorreu num clima de imensa paz, alegria e amor, no total foram beneficiadas 76 crianças. Entre os dias 16/11 a 08/12 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” esteve em Promissão beneficiou 529 alunos.
- § Fevereiro de 2018 – 07/02 Campanha de Doação de Sangue no Hemonúcleo de Bauru, arrecadado 80 bolsas de sangue. Distribuição de preservativos aos colaboradores da sede e pedágio bem como folhetos referente as doenças sexualmente transmissíveis e um leque alusivo ao tema; Entre os dias 26 e 28 de Fevereiro o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Murutinga do Sul beneficiando 110 alunos.

- § Março de 2018 – 16/02 Início da Campanha do Agasalho 2018 em parceria com o Governo do Estado e Artesp; Campanha dia da Mulher, distribuição de Brindes para as colaboradoras e “Dia de Beleza” na sede da empresa; Páscoa Solidária, Distribuição de 43 ovos de chocolate aos alunos da Fundação Gil Pimentel Moura de Lins; Reforço da Ação Lacre Solidário em parceria com a Artesp; Entre os dias 07/03 e 12/03 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Avaí beneficiando 110 alunos; Entre os dias 19/03 e 28/03 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Guararapes beneficiando 253 alunos.
- § Abril de 2018 – Entre os dias 18/04 e 25/04 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Guaiçara beneficiando 136 alunos.
- § Maio de 2018 – Dia das Mães, distribuição de Brindes para as colaboradoras e “Dia de Beleza” na sede da empresa; Maio Amarelo, realização de palestras de Trânsito para as crianças entre 9 e 11 anos nas cidades de Coroados, Guarantã, Rubiácea e Glicério, beneficiando 518 alunos; Entre os dias 16/05 e 22/05 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Cafelândia beneficiando 253 alunos.
- § Junho de 2018 – Doação de Sangue no município de Bauru, no Hospital de Base, foram arrecadas 70 bolsas de sangue e 6 cadastro de medula; Entre os dias 06/06 e 28/06 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Bauru beneficiando 440 alunos. Agosto de 2018 - Entre os dias 06/08 e 09/08 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Castilho beneficiando 297 alunos. Entre os dias 22/08 e 28/08 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Avanhandava beneficiando 306 alunos.
- § Setembro de 2018 - Entre os dias 05/09 e 17/09 o Projeto Social de Educação no Transito “BR CITY” em Castilho beneficiando 603 alunos.
- § Outubro de 2018 – Dia 18 - Outubro Rosa- Distribuição de laços, panfletos e cookies; Entre os dias 10/10 e 25/10 Via Alegria – Palestra de doação e apadrinhamento, Palestra com Coaching Infantil. Entre o dia 27/10 festa de encerramento. Entre o dia 28/10 Dia das crianças BR City no Ialzinho.
- § Novembro de 2018 – Dia 26 – Novembro Azul - Distribuição de laços.
- § Dezembro de 2018 – Dia 14 – Natal solidário Apadrinhamento com 62 crianças da Creche. Ente o dia 19 confraternização dos colaboradores.



PARECER DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e também com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Lins - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e o seu respectivo fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis (*impairment*)

Nota Explicativa nº 13 – Ativo intangível

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme indicado na nota explicativa nº 13, devido a relevância dos valores correspondentes aos contratos de concessão de serviços, aos direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, bem como os demais investimentos relacionados aos contratos de concessão, os quais são amortizados considerando o volume de tráfego projetado até o final do prazo de concessão, nossas análises se concentraram nos cálculos do valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"). A Companhia avaliou e não identificou a existência de riscos quanto à redução ao valor recuperável desses ativos intangíveis, através do cálculo do valor recuperável, utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado e com base em projeções econômico-financeiras. Contudo, devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados ao plano de negócios e ao processo orçamentário, aprovado pelo Conselho de Administração. Analisamos a avaliação da Companhia quanto à inexistência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua UGC, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho da UGC no período e reuniões com as diretorias operacionais da Companhia. Obtivemos os fluxos de caixa descontados da UGC e a correspondente metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável, nos quais, através da revisão de nossos especialistas, realizamos análise se os cálculos estão corretos, se a metodologia está adequada em relação ao negócio e, para as premissas econômicas, operacionais e financeiras, refazimento dos cálculos, sensibilizando eventuais premissas que não estejam de acordo com as projeções econômicas ou com o mercado. E ainda revisão das divulgações requeridas nas respectivas notas explicativas.

Com base nos procedimentos efetuados e nas evidências obtidas para avaliar a existência de riscos quanto à redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"), consideramos que as informações e registros apresentados nas demonstrações contábeis estão consistentes e adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

2. Renegociação de debêntures

Nota Explicativa nº 15 – Debêntures

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a Administração concluiu as negociações junto aos credores e está em fase final da discussão das minutas de AGD (Assembleia Geral de Debenturistas) e dos aditamentos para formalização da anuência em relação ao descumprimento de *covenants*, da aprovação de uma nova curva de pagamento e de *covenants* para os próximos períodos. Considerando que as debêntures em questão foram reclassificadas para o passivo circulante pelo descumprimento da cláusula de *covenants*, aguardando documentação formal necessária para a regularização, nossa abordagem de auditoria foi conduzida no sentido de avaliar se os referidos passivos estavam adequadamente registrados, valorizados e classificados nas demonstrações contábeis, incluindo as respectivas divulgações requeridas pelos normativos contábeis e aquelas referentes às renegociações formalizadas com os debenturistas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram os exames relativos a recálculo dos valores dos encargos financeiros, análise dos aditivos e verificação se todas as cláusulas contratuais foram observadas e registradas adequadamente, verificação da adequada classificação das debêntures, testes das amortizações ocorridos durante o exercício, bem como confirmação de saldo com extratos de posições do agente fiduciário. Adicionalmente, realizamos a leitura das atas das reuniões de diretoria, conselho de administração entre outras, responsáveis pela governança, para identificar eventos relativos à renegociação das debêntures e obter evidência de documentação para formalização da renegociação concluída com os debenturistas.

Com base nos procedimentos efetuados e nas evidências obtidas para avaliar a mensuração e classificação das debentures, tal como a documentação para formalização da renegociação, consideramos que as informações e registros apresentados nas demonstrações contábeis estão consistentes e adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente, cujo relatório, foi emitido em 29 de março de 2018, sem modificações e com um parágrafo de incerteza o qual tratamos no parágrafo 2 dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA).

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a Administração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 15 de março de 2019



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP -239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.897	1.471
Aplicações financeiras	9	62.537	66.616
Contas a receber	10	9.015	13.515
Despesas pagas antecipadamente	-	457	250
Adiantamento a fornecedores	-	886	1.719
Partes relacionadas	11	2.138	1.750
Outros créditos	-	2.721	1.068
Total do ativo circulante		<u>82.651</u>	<u>86.389</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	19	1.752	1.521
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	22.977	19.956
Total do realizável a longo prazo		<u>24.729</u>	<u>21.477</u>
Imobilizado	12	4.902	5.583
Intangível	13	940.164	957.083
Total do ativo não circulante		<u>969.795</u>	<u>984.143</u>
Total do ativo		<u>1.052.446</u>	<u>1.070.532</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	39.160	189.466
Debêntures	15	442.516	440.079
Fornecedores	16	61.421	39.073
Passivo fiscal	-	3.606	2.956
Obrigações sociais	-	3.651	5.236
Provisão para manutenção	17	14.795	16.075
Outras contas a pagar	-	3.302	153
Total do passivo circulante		<u>568.451</u>	<u>693.038</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	128.639	16.364
Provisão para manutenção	17	26.522	29.418
Provisão para contingências	19	617	1.118
Total do passivo não circulante		<u>155.778</u>	<u>46.900</u>
Patrimônio líquido			
Capital integralizado	20	368.651	365.861
Prejuízos acumulados	20	(40.434)	(35.267)
Total do patrimônio líquido		<u>328.217</u>	<u>330.594</u>
Total do passivo		<u>724.229</u>	<u>739.938</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.052.446</u>	<u>1.070.532</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional líquida	21	202.774	205.441
Custo dos serviços prestados	22	(154.532)	(100.648)
Custo de construção	22	(13.355)	(23.750)
Lucro bruto		<u>34.887</u>	<u>81.043</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(10.392)	(10.296)
Outros resultados operacionais	23	14.132	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>38.627</u>	<u>70.747</u>
Receitas financeiras	24	23.669	3.496
Despesas financeiras	24	(70.483)	(69.236)
Despesas financeiras líquidas		<u>(46.814)</u>	<u>(65.740)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(8.187)</u>	<u>5.007</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	-	(348)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	3.020	40.186
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		<u>(5.167)</u>	<u>44.845</u>
(Prejuízo) Lucro básico diluído por ação em reais - R\$		<u>(0,01328)</u>	<u>0,11528</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(5.167)	44.845
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(5.167)</u>	<u>44.845</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital integralizado			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado		
Saldos em 1º de janeiro de 2017	389.000	(66.789)	322.211	(80.112)	242.099
Integralização de capital - AGE em 29 de setembro de 2017	-	43.650	43.650	-	43.650
Lucro líquido do exercício	-	-	-	44.845	44.845
Saldo em 31 de dezembro de 2017	389.000	(23.139)	365.861	(35.267)	330.594
Integralização de capital - AGE em 04 julho de 2018	-	2.790	2.790	-	2.790
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.167)	(5.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	389.000	(20.349)	368.651	(40.434)	328.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(5.167)	44.845
Ajustes para		
Depreciação	2.101	1.856
Amortização	34.438	20.736
Baixa do intangível	-	892
Baixa do ativo imobilizado líquida	1.184	3
Provisão para manutenção	60.089	19.276
Provisão para contingências	(501)	(179)
(Reversão) constituição da provisão para demandas judiciais	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	66.854	66.904
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.020)	(40.186)
	<u>155.978</u>	<u>114.147</u>
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber	4.500	(2.956)
Despesas pagas antecipadamente	(207)	180
Outros créditos	(1.051)	334
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	22.344	(4.636)
Passivo fiscal corrente	650	836
Obrigações sociais	(1.585)	699
Contas a pagar	3.151	115
Consumo de provisão para manutenção	(64.265)	(26.571)
Impostos pagos sobre o lucro	-	(348)
Juros pagos	(48.627)	(45.070)
	<u>70.888</u>	<u>36.730</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Partes relacionadas	(388)	-
Aplicações financeiras	(85.093)	(114.053)
Resgate das aplicações	89.172	73.993
Aquisição de imobilizado	(2.604)	(407)
Adição ao intangível	(17.518)	(23.346)
	<u>(16.431)</u>	<u>(63.813)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital em dinheiro	2.790	43.650
Captação de empréstimos e financiamentos	-	28.854
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(53.821)	(47.244)
	<u>(51.031)</u>	<u>25.260</u>
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamento		
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>3.426</u>	<u>(1.823)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.471	3.294
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>4.897</u>	<u>1.471</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas operacionais	234.644	221.739
Serviços prestados	202.547	197.602
Receita de construção	13.355	23.750
Outras receitas	18.742	387
Insumos adquiridos de terceiros	(109.491)	(86.846)
Custos serviços prestados	(29.755)	(28.589)
Custo de construção	(13.355)	(23.750)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(66.381)	(34.507)
Valor adicionado bruto	125.153	134.893
Depreciação de imobilizado	(2.101)	(1.856)
Amortização de intangível	(34.438)	(20.736)
Valor adicionado líquido produzido	88.614	112.301
Receitas financeiras	23.669	3.496
Valor adicionado total a distribuir	112.283	115.797
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	19.036	20.493
Remuneração direta	13.170	14.691
Benefícios	4.421	4.589
FGTS	1.387	1.134
Outros	58	79
Impostos, taxas e contribuições	26.475	(20.332)
Federais	16.606	(29.511)
Estaduais	124	103
Municipais	9.745	9.076
Remuneração de capitais de terceiros	71.939	70.791
Juros	70.483	69.236
Aluguéis	1.456	1.555
Remunerações de capitais próprios	(5.167)	44.845
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(5.167)	44.845
Total distribuição valor adicionado	112.283	115.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509, Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru, e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objetivo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da Concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente dessa concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Concessionária. Em 27 de junho de 2013, foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013;
- Realização de investimentos na rodovia.

Plano estratégico

Conforme apresentado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 5.167 (lucro líquido de R\$ 44.845, em 31 de dezembro de 2017) e capital circulante líquido negativo de R\$ 485.796 (R\$ 606.649 em 31 de dezembro de 2017) respectivamente, ensejado pelo descumprimento de indicadores financeiros, previstos nas cláusulas contratuais (*covenants*) da escritura das debêntures.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 15, a Administração da Companhia concluiu as negociações junto aos credores e está em fase final da discussão das minutas de AGD (Assembleia Geral de Debenturistas) e dos aditamentos para formalização da anuência em relação ao descumprimento de *covenants*, e da aprovação de uma nova curva de pagamento e de *covenants* para os próximos períodos. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza. A Companhia se mantém adimplente com os pagamentos das obrigações financeiras das debêntures.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 15 de março de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 13** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 18** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 17** – Provisão para manutenção;
- **Nota Explicativa nº 19** – Provisão para contingência.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- **Nota Explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros**

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** custo amortizado; **(ii)** valor justo por meio do resultado e **(iii)** valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte

b) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

d) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "direito de outorga", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessária atualizada, pelo prazo da concessão.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	5 anos
-----------	--------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

f) Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º. de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia.

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(i) Provisão de manutenção – contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

i) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

j) Receita operacional

(i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

m) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

n) Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

o) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia na adoção do CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros e o CPC 47/IFRS 15 – receita de contratos com clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, não identificou impactos materiais que possam impactar de forma relevante as suas demonstrações contábeis a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Uma avaliação mais detalhada das alterações de prática decorrente destas normas está resumida a seguir:

IFRS 15/CPC 47 – Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15/CPC 47 substitui as normas anteriores para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30/IAS 18 – receitas, CPC 17/ IAS 11 – Contratos de construção e a CPC 30/IFRIC 13 – Programas de fidelidade com o cliente.

Na adoção, a Companhia não identificou impactos significativos em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01/IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A partir de 1º de janeiro de 2018, a classificação pode ser da seguinte forma:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- Valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como “custo amortizado” (demais ativos financeiros).

As receitas com juros provenientes dos ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros sob as categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos. A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS 9/CPC48. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os passivos financeiros foram classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, sendo mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis para adoção

IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamentos

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas demonstrações contábeis são imateriais e, portanto, não divulgados em Nota Explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21/IFRIC 22 – transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 – incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Bancos	4.764	1.338
Fundo de troco/numerários trânsito	133	133
	4.897	1.471

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

9. Aplicações financeiras

	2018	2017
Aplicações financeiras	62.537	66.616

Aplicação financeira em certificado de depósito bancário junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e debêntures. Para detalhes, veja Notas Explicativas nºs 14 e 15.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

10. Contas a receber

	2018	2017
Pedágio eletrônico	6.267	10.247
Visa - vale-pedágio	198	203
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	1.344	2.639
DBTrans S/A	225	137
Outras receitas	981	289
Total	9.015	13.515

Idade de vencimento dos títulos	2018	2017
Créditos a vencer até 30 dias	7.767	13.225
Créditos a vencer até 60 dias	267	-
Créditos vencidos há mais de 91 dias	-	1
Total	8.034	13.226

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11. Transações com partes relacionadas

A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos exercícios findos em de 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Descrição	2018	2017
Diretores estatutários	46	45

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

(a) Primeiros saldos

	Notas	Saldo em aberto em	
		2018	2017
Ativo			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	1.154	886
BRVias S.A.	(v)	984	864
Total		2.138	1.750
Passivo - Fornecedores			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(484)	(493)
Splice Ind e Com de Serviços	(iii)	(418)	(269)
Noroestecom Telecomunicações S.A.	(vi)	(5)	-
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(iv)	(9)	-
Total		(916)	(762)
Total líquido		1.222	1.027

(b) Transações que afetaram o resultado

	Notas	Valor da transação no resultado	
		2018	2017
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(2.166)	(1.623)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	(2.277)	(1.122)
BRVias S.A.	(v)	(3.545)	(2.805)
Noroestecom Telecomunicações S/A	(vi)	-	(43)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(iv)	(4.122)	(122)
Total fornecedores		(8.158)	(5.715)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;
- (vi) Outros serviços diversos.

(c) Garantias e fianças

- (i) Empréstimos e financiamentos, conforme Nota Explicativa nº-14: Aval da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.;
- (ii) Debêntures, conforme Nota Explicativa nº-15: Fiança da Comporte Participações S.A., Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., Breda Transportes e Serviços S.A. e Calas Participações S.A. a partir de 30 de junho de 2014, da BRVias Holding VRD S.A.

12. Imobilizado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	4.235	4.887	1.856	2.002	12.980
Adições	140	182	67	18	407
Baixas	-	(4)	-	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.375	5.065	1.923	2.020	13.383
Adições	169	893	89	1.453	2.604
Baixas	(1)	-	(5)	(1.453)	(1.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.543	5.958	2.007	2.020	14.528
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(2.261)	(2.262)	(842)	(580)	(5.945)
Adições	(608)	(645)	(188)	(414)	(1.855)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.869)	(2.907)	(1.030)	(994)	(7.800)
Adições	(594)	(435)	(197)	(875)	(2.101)
Baixas	-	-	-	275	275
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.463)	(3.342)	(1.227)	(1.594)	(9.626)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2017	1.506	2.158	893	1.026	5.583
Em 31 de dezembro de 2018	1.080	2.616	780	426	4.902

13. Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2017	35.206	454.444	8.054	413.597	150.847	3.275	1.065.423
Aquisições e construções	-	10.975	26	-	13.521	14	24.536
Baixas	(86)	-	-	-	(806)	-	(892)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.120	465.419	8.080	413.597	163.562	3.289	1.089.067
Aquisições e construções	-	4.338	26	-	13.142	12	17.518
Saldo em 31 de dezembro de 2018	35.120	469.757	8.106	413.597	176.704	3.301	1.106.585
Amortização acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(8.973)	(32.640)	(1.788)	(55.934)	(10.891)	(1.021)	(111.247)
Amortização do exercício	(685)	(8.845)	(157)	(8.050)	(2.935)	(64)	(20.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(9.658)	(41.485)	(1.945)	(63.984)	(13.827)	(1.085)	(131.983)
Amortização do exercício	(1.110)	(14.717)	(256)	(13.079)	(5.172)	(104)	(34.438)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.769)	(56.202)	(2.201)	(77.063)	(18.999)	(1.189)	(166.421)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2017	25.462	423.934	6.135	349.613	149.735	2.204	957.083
Em 31 de dezembro de 2018	24.351	413.555	5.905	336.534	157.705	2.112	940.164

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão conforme demonstrado a seguir:

2009

Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no programa de investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga, que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Anualmente, ou a qualquer momento em que a Administração identifique algum risco no valor recuperável dos seus ativos, o cálculo do valor recuperável é avaliado com o objetivo de identificar possíveis riscos quanto à redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa (“UGC”). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o tráfego de veículos equivalentes foi de 38.673 mil (em 31 de dezembro de 2017 foi de 39.021 mil). Baseado na diminuição de tráfego de veículos e equivalentes nas mudanças das projeções econômicas, a Companhia readequou a amortização do intangível, de acordo com as novas projeções para não incorrer no risco de sua unidade geradora de caixa (“UGC”) não ser recuperável. O método para o cálculo do valor recuperável utilizado foi o fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras, sendo que a partir dessa avaliação a Administração não identificou necessidade de registro de redução ao valor recuperável.

14. Empréstimos e financiamentos

Esta Nota Explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	2018	2017
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	370	541
Finem-BNDES (ii)	2,41%	TJLP	2025	99.580	117.866
Finem-BNDES (ii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	49.875	59.034
CCB	5,80%	CDI	2020	16.571	27.545
Leasing	11,62% a 15,50%	-	2017 – 2022	1.403	844
				167.799	205.830
Passivo circulante				39.160	189.466
Passivo não circulante				128.639	16.364

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.

Composição por vencimento:

	2018	2017
Vencimento em		
2019	41.121	16.364
2020	38.819	-
2021	48.699	-
	128.639	16.364

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2018	2017
Saldos iniciais	205.830	223.888
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(40.950)	(47.244)
Pagamentos de juros	(15.950)	(22.465)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(56.900)	(69.708)
Outras variações		
Novas captações	-	28.854
Despesas de juros	18.869	22.796
Total de outras variações	18.869	51.650
Saldos finais	167.799	205.830

- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Deste montante, até 31 de dezembro de 2017, foram liberados R\$ 274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 41.923 será liberado, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 09 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios;
- Cessão do crédito de contas vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária;
- Aval da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª emissão de debêntures, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 261. Em 31 de dezembro de 2018, o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 1.020.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000 (valor atualizado anualmente no dia 31 de janeiro de cada ano pelo IPCA anterior), com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - § Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%;
 - § Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
 - § Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado” igual ou menor do que 05 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que quatro a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, conforme obrigações contratuais, sendo que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atingiu o índice de dívida líquida/EBITDA de 4,05, ICSD de 1,53 e PL/AT de 30,6%. Em 18 de setembro de 2018, a Companhia obteve *wavier* dando anuência deste banco para o descumprimento de *covenants* do período de 2018.

15. Debêntures

Tipo de operação	Taxa de juros a.a.	2018	2017
Debêntures	7,75% a.a + IPCA	442.516	440.079

Movimentação das debêntures:

	2018	2017
Saldos iniciais	440.079	418.576
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento do principal	(12.871)	-
Pagamentos de juros	(32.677)	(22.567)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(45.548)	(22.567)
Outras variações		
Despesas de juros	47.985	44.070
Total de outras variações	47.985	44.070
Saldos finais	442.516	440.079

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios;
- Cessão do crédito de contas vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo poder concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela concessionária;
- Fiança da Comporte Participações S.A., Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., Breda Transportes e Serviços S.A. e Calas Participações S.A. a partir de 30 de junho de 2014, da BRVias Holding VRD S.A.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com o contrato de financiamento do BNDES da modalidade FINEM, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices financeiros;
- Índice de cobertura da dívida ICSD superior a 1,3;
- Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Manter o índice “dívida líquida/patrimônio líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;
- Manter o índice “EBITDA/despesas financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atingiu o índice de ICSD de 1,53 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,3; e a Companhia atingiu os índices de dívida líquida/ebitda de 4,05 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 3,5. Como consequência, o montante de R\$ 402.329, foi reclassificado para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 (R1) – apresentação das demonstrações contábeis. A Administração concluiu as negociações junto ao credor e está em fase final da discussão das minutas de AGD (Assembleia Geral de Debenturistas) e dos aditamentos.. A Companhia acredita que a assinatura da AGD e dos aditamentos serão obtidos com data posterior às demonstrações contábeis. Além da anuência para o descumprimento de Covenants, também foi aprovada uma nova curva de pagamento e de Covenants para os próximos períodos.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.278 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 149. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.258.

16. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores diversos	43.377	21.215
Medições a pagar	4.785	1.575
Retenções (i)	13.259	16.283
Total	61.421	39.073

- (i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

	2018	2017
A vencer		
De 1 a 30 dias	13.614	7.442
De 31 a 60 dias	2.764	908
De 61 a 90 dias	1.457	479
De 91 a 180 dias	2	2
De 181 a 360 dias	5.436	1
	23.273	8.832
Vencidas:		
Até 30 dias	13.163	3.965
De 31 a 60 dias	2.623	2.607
De 61 a 90 dias	25	1.979
De 91 a 180 dias	636	2.388
De 181 a 360 dias	2.223	346
Há mais de 360 dias	1.480	1.098
	20.101	12.383
	43.374	21.215

17. Provisão para manutenção – contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção com o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

	2018	2017
Passivo circulante	14.795	16.075
Passivo não circulante	26.522	29.418
Total	41.317	45.493

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2017	52.788
Realização por consumo	(26.571)
Adições	19.276
Em 31 de dezembro de 2017	45.493
Realização por consumo	(64.265)
Adições	60.089
Em 31 de dezembro de 2018	41.317

18. Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que, para fins fiscais, são amortizadas linearmente e, para fins contábeis, de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	2018	2017
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	36.308	32.516
Provisão para manutenção	14.049	15.468
Outras provisões temporárias	210	380
	50.566	48.364
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.773)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(25.817)	(27.075)
	(27.590)	(28.408)
	22.977	19.956

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	-	-	-	
	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	2018	2017
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	36.308	32.516	3.792	(153)
Provisão para manutenção	14.049	15.468	(1.419)	(2.480)
Outras provisões temporárias	210	380	(170)	1.037
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	42.799
	50.566	48.364	2.202	39.129
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.773)	(1.333)	(441)	-
Intangíveis - Efeito temporário	(25.817)	(27.075)	(1.258)	1.057
	(27.590)	(28.408)	817	1.057
	22.977	19.956	3.020	40.186

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro.

a) Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	106.788	95.637

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2023.

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

	2018	2017
Descrição		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(8.187)	5.007
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto à alíquota nominal	2.784	(1.702)
(-) Adições permanentes	(1.336)	(31)
(+) Exclusões permanentes	22.638	-
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	-	42.799
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	-	(1.145)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(348)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.020)	40.186
	37%	12%

19. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2018, está provisionado o montante de R\$ 617 (R\$ 1.118 em 2017), o qual, na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2017	743	375	1.118
Provisão (reversão de provisão)	(204)	(297)	(501)
Saldo final	539	78	617

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 7.879 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.517 em 2017). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	64	3.847	31	1.535
Trabalhistas	100	4.032	38	1.982
Total	164	7.879	69	3.517

Movimentação do depósito judicial

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2017	1.000	521	1.521
Provisão (reversão de provisão)	(96)	-	(96)
Reversão	-	326	326
Saldo final	904	847	1.752

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 389.000 (R\$ 389.000 em 31 de dezembro de 2017), sendo já integralizados R\$ 368.651 (R\$ 365.861 em 31 de dezembro de 2017) e a integralizar R\$ 20.349 (R\$ 23.139 em 31 de dezembro de 2017), e está representado por 194.500.000 de ações ordinárias e 194.500.000 de ações preferenciais.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 14, por conta do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao dividendo mínimo obrigatório.

21. Receita operacional líquida

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	2018	2017
Receita de pedágios	202.547	197.602
Receitas acessórias	3.588	332
Receita de construção	13.355	23.750
Outras receitas	1.021	55
Tributos incidentes	(17.738)	(16.298)
	202.774	205.441

22. Gastos por natureza

A seguir a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	2018	2017
Serviços de terceiros	(29.755)	(28.347)
Com pessoal	(21.974)	(23.599)
Amortização e depreciação	(36.264)	(22.711)
Constituição de provisão para manutenção	(60.089)	(19.276)
Custo de contrato concessão	(11.363)	(11.198)
Outros	(5.480)	(5.813)
Total	(164.900)	(110.944)
Custo dos serviços prestados	(154.532)	(100.648)
Despesas administrativas e gerais (i)	(10.392)	(10.296)
Custo de construção	(13.355)	(23.750)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

23. Outros resultados operacionais

	2018	2017
Receitas acessórias	14.132	-
Total	14.132	-

Receita acessória oriunda da celebração de contrato de permissão de direito de passagem e uso de faixa de domínio.

24. Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos semestres findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram:

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.377	3.496
Outras receitas financeiras	20.292(*)	-
Total das receitas financeiras	23.669	3.496
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(63.692)	(62.162)
Outras despesas financeiras	(6.791)	(7.074)
Total das despesas financeiras	(70.483)	(69.236)
Resultado financeiro líquido	(46.814)	(65.740)

A Companhia registrou uma receita extraordinária de R\$ 34.424, sendo R\$ 14.132 como receita acessória e R\$ 20.292(*) como juros e correção monetária, decorrente do encerramento do processo junto à empresa de telefonia que resultou em um acordo sobre a regularização da passagem de fibra ótica na faixa de domínio da Companhia, do período de 06 de maio de 2009 a 05 de maio de 2018.

25. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/ IAS 33 (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

Exercício	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação básico e diluído - R\$ - expresso em reais
2018	(5.167)	389.000.000	(0,01328)
2017	44.845	389.000.000	0,11528

26. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de dezembro de 2018	Notas	Valor contábil			Valor justo				
		Valor justo através do resultado (negociação)	Valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	4.897	-	4.897	-	-	-	-
Aplicação financeira	9	62.537	-	-	62.537	-	-	-	62.537
Contas a receber de clientes	10	-	9.015	-	9.015	-	9.015	-	9.015
Outros créditos	-	-	2.721	-	2.721	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	167.799	167.799	-	167.799	-	167.799
Debêntures	15	-	-	442.516	442.516	-	442.516	-	442.516
Fornecedores	16	-	-	61.421	61.421	-	61.421	-	61.421

31 de dezembro de 2017	Notas	Valor contábil			Valor justo				
		Valor justo através do resultado (negociação)	Valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	1.471	-	1.471	-	-	-	-
Aplicação financeira	9	66.616	-	-	66.616	-	-	-	66.616
Contas a receber de clientes	10	-	13.515	-	13.515	-	13.515	-	13.515
Outros créditos	-	-	1.068	-	1.068	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	205.830	205.830	-	205.830	-	205.830
Debêntures	15	-	-	440.079	440.079	-	440.079	-	440.079
Fornecedores	16	-	-	39.073	39.073	-	39.073	-	39.073

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente, uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2018.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 31/12/2018	Contábil	Fluxo contratual	2019	2020	Acima de 2021
Empréstimos e financiamentos	167.799	198.623	54.221	44.812	99.590
Debêntures	442.516	627.160	54.822	59.146	513.913
Fornecedores	61.418	61.418	61.418	-	-
	671.733	887.202	170.461	103.958	613.503

Em 31/12/2017	Contábil	Fluxo contratual	2017	2018	Acima de 2019
Empréstimos e financiamentos	205.830	253.166	57.850	53.603	141.713
Debêntures	440.079	668.353	46.105	54.249	567.999
Fornecedores	39.073	39.073	39.073	-	-
	684.982	960.592	143.028	107.852	709.712

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2018 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJPL).

Perfil

Na data das informações intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, CDI e TJPL, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas a seguir:

		Valor contábil	
		31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos de taxa prefixada			
Empréstimos e financiamentos		1.773	1.385
		Valor contábil	
Risco		31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	16.571	27.545
Empréstimos e financiamentos	TJLP	99.580	117.866
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	49.875	59.034
Debêntures	IPCA	442.516	440.079

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA e TJLP.

(v) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo BACEN – Relatório FOCUS e a TJLP obtida no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), ambas em 31 de dezembro de 2018.

Para os dois cenários adversos, na taxa do IPCA e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA e TJLP é apresentada na tabela a seguir:

(vii) Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – depreciação das taxas

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP)) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Instrumentos	Exposição 2018	Risco	Cenários - Valor					
			Provável	Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		
Empréstimos e financiamentos	99.580	Aumento TJLP	7,00%	(6.971)	8,75%	(8.713)	10,50%	(10.456)
Empréstimos e financiamentos	49.875	Aumento UMIPCA	1,90%	(948)	2,38%	(1.185)	2,85%	(1.421)
Capital de giro	16.571	Aumento CDI	10,25%	(1.699)	12,81%	(2.123)	15,38%	(2.548)
Debêntures	442.516	Aumento IPCA	3,60%	(15.931)	4,50%	(19.913)	5,40%	(23.896)
Total dos passivos financeiros	608.542			(25.547)		(31.934)		(38.321)
Impacto no resultado do período apresentado							(6.387)	(12.774)

Instrumentos	Exposição 2018	Risco	Cenários - Valor					
			Provável	Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%		
Empréstimos e financiamentos	99.580	Aumento TJLP	7,00%	6.971	5,25%	5.228	3,50%	3.485
Empréstimos e financiamentos	49.875	Aumento UMIPCA	1,90%	948	1,43%	711	0,95%	474
Capital de giro	16.571	Aumento CDI	10,25%	1.699	7,69%	1.274	5,13%	849
Debêntures	442.516	Aumento IPCA	3,60%	15.931	2,70%	11.948	1,80%	7.965
Total dos passivos financeiros	608.542			25.547		19.160		12.774
Impacto no resultado do período apresentado							6.387	12.774

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente, Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP), que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	05/2018 a 05/2019	73.846
Garantia ampliação	05/2018 a 05/2019	130.585
Operacionais	05/2018 a 05/2019	42.900
Responsabilidade civil	05/2018 a 05/2019	35.900
Engenharia	05/2018 a 05/2019	13.701

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

28. Benefícios a empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

29. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique o rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 27.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador, a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e, com base nesse fato e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou nenhum evento relevante que pudesse afetar suas informações financeiras.

30. Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Entretanto, em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 775.971, valor nominal. A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais.

31. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 17.518, dos quais R\$ 563 são itens que não afetam o caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado – fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

32. Outros assuntos

Em 1º de julho de 2016, foi cumprido na sede da Companhia o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela Companhia disponibilizadas todas as informações solicitadas.

A Companhia contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 a maio de 2012. A investigação naquela ocasião não identificou riscos legais atribuíveis à Companhia com relação aos fatos da investigação.

A respeito da referida investigação, em 1º de junho de 2018, o juiz da 10ª vara emitiu sentença sobre os investigados que não fazem parte do quadro da Companhia, que, por sua vez, não figura como investigada.

Até o momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados da referida sentença e por quaisquer desdobramentos futuros das investigações pelas autoridades brasileiras, a Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia continua à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

* * *

Diretoria

Marcos Máximo de Novaes Mendonça

Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva

Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes

Diretor de Relações com Investidores

Antônio Vieira Netto

Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi

Paulo Sergio Coelho

Ricardo Constantino

Ricardo de Souza Adenes

Contador

Marcelo Carlos Biancolini

Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0